

Para analistas, país saiu da crise graças à regulação sólida

Time de ex-ministros, ex-diretores do BC e economistas de peso sugere em livro aprimorar supervisão para blindar Brasil

Regina Alvarez

BRASÍLIA. O Brasil saiu fortalecido da crise global graças a um sistema financeiro sólido, a regras de regulação e supervisão rígidas e a uma administração eficiente da autoridade monetária.

Mas as lições extraídas do abalo econômico indicam que ainda há muito o que fazer nas áreas de monitoramento, prevenção e regulação, para evitar crises futuras. A dupla de Mários (Mesquita e Torós) que esteve na linha de frente do Banco Central (BC) no auge da crise global, entre 2008 e 2009, detalha a atuação do BC nesse período crítico e sugere um cardápio de medidas para evitar novas turbulências no livro “Risco e Regulação”, que será lançado na próxima quinta-feira, no Rio, pela Editora Campus/Elsevier.

Organizado pelos economistas Marcio Garcia (PUC-Rio) e Fábio Giambiagi (BNDES), o livro traz análises e reflexões sobre a origem da crise global, as lições e o caso brasileiro, com contribuições de um time de especialistas e formuladores de políticas públicas de primeira linha — que inclui os ex-ministros da Fazenda Máílson da Nóbrega e Pedro Malan, os expresidentes do BC Gustavo Franco e Gustavo Loyola, o ex-diretor de Normas do BC Sérgio Darcy, e o ex-subsecretário do Tesouro americano John Taylor.

Economistas sugerem ação conjunta de BC e CVM

No artigo assinado pelo atual diretor de Política Econômica do BC, Mário Mesquita, e pelo ex-diretor de Política Monetária, Mário Torós, a dupla sugere medidas para mitigar ou mesmo evitar crises futuras. Entre as ações, propõem o aumento da regulação sobre fundos de investimentos, de forma que o BC e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passem a ter, em conjunto, “autoridade de supervisão sobre essa indústria, especificamente sobre os fundos que fazem parte de conglomerados financeiros liderados por bancos”.

Outra proposta é a realização de leilões de liquidez em moeda nacional, complementares às linhas de redesconto oferecidas pelo BC aos bancos, que se mostraram ineficazes durante a crise, pelo estigma que as vinculam às dificuldades das instituições.

Também é sugerido por Mesquita e Torós o aumento da regulação e um estreitamento das relações entre o BC e a CVM no monitoramento de empresas não-financeiras cujas ações podem ter implicações no sistema financeiro, como aconteceu no Brasil com a excessiva exposição a derivativos cambiais de grandes empresas.

A avaliação geral, porém, é que o Brasil se saiu bem da crise porque tem um sistema financeiro sólido e regras rígidas de regulação e supervisão.

— O Brasil se saiu relativamente bem na crise, em boa parte por termos tido uma regulação financeira mais adequada que nos próprios países centrais, mérito compartilhado por várias administrações — destaca Giambiagi.

— Fizemos a coisa certa, mas temos que continuar aprimorando.

A complacência na questão fiscal vai criar problemas para o desenvolvimento futuro do país — alerta Marcio Garcia.

O papel do Estado na prevenção de crises sistêmicas e a atuação dos BCs é um dos temas debatidos. Máílson rebate argumentos daqueles que culpam os BCs dos países ricos pela crise, como o ex-subsecretário do Tesouro dos EUA John Taylor. Este considera uma falha do governo americano não ter usado a política monetária para furar a bolha imobiliária, aumentando as taxas básicas de juros. Já Máílson acredita que os BCs devem atuar após o estouro das bolhas:

“Não é trivial estabelecer se a expansão de um determinado ativo tem base em fundamentos ou sinaliza uma bolha. Por isso, o papel relevante dos BCs é lidar com o day after (o dia seguinte)”.

Arcabouço jurídico como exemplo para os EUA

Gustavo Franco sugere que parte do arcabouço jurídico existente no Brasil — como o mecanismo de intervenção no sistema financeiro, por exemplo — poderia ser usado nos EUA como forma de evitar crises generalizadas.

Gustavo Loyola defende um conjunto de normas para tornar o sistema financeiro menos vulnerável.

Propõe, por exemplo, que a regulação e a supervisão sejam abrangentes, de modo a incluir todos os intermediários financeiros que tenham importância sistêmica.

Já o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, em artigo sobre a crise e o processo de superação, dá uma estocada no governo: “É respeitar os outros — e os fatos — reconhecer que o governo Lula contribuiu para esse processo ao longo dos últimos sete anos. É desrespeitar os outros — e os fatos — a tentativa de apropriação exclusiva, porque indébita, dos resultados desse processo. Espero, pois, que possamos um dia recuperar um certo senso de perspectiva que hoje a muitos parece faltar — expresso no discurso fácil (...) do ‘nunca antes, jamais, na História deste país’. Como se o Brasil tivesse começado a enfrentar seus problemas apenas a partir de 1º de janeiro de 2003 — pretendo marco zero de uma enganosa Nova Era”.